Ata da 08ª Reunião Ordinária do 4º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. A Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas os projetos de Lei do Executivo Municipal n°560, 561, 562, 563, 564 e 565 de 2024 e projetos de Lei do Legislativo nº114 e n°115 de 2024. Encaminhou para comissão de finanças contas e orçamento os balancetes de verificação mensal de janeiro e fevereiro de 2024 da EMHAB. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO. Requerimento de Informação nº 61 de 2024** - Autor: Adriano Reinhardt - Ao Executivo Municipal requerendo informações sobre o Projeto de Lei nº 557/2024. Com a palavra, o vereador Jaírson Sabino. Explicou que o requerimento que está sendo feito, já foi respondido de forma inédita, pontuou que o governo sempre demorou 30 dias para responder e ainda respondia pela metade ou pedia mais 30 dias, demonstrou espanto que ao verificar as matérias recebidas entre elas estava a resposta, afirmou que isso nunca aconteceu e que o governo está em uma eficácia admirável para responder. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Reiterou a necessidade de pedir aos vereadores pela aprovação, citou como havia ouvido a resposta agora não se sabe se ela está completa, e se o plenário não aprovar de repente não se pode complementar, em seguida reiterou seu pedido para aprovação do requerimento. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Afirmou que iria na mesma linha do vereador Jairson Sabino, disse que também faz parte da comissão que está analisando o projeto de lei que veio do executivo relacionado a adequação dos cargos dentro da prefeitura. Clarificou que sendo um vereador membro da comissão também se questiona sobre a velocidade que vieram as respostas, afirmou que o requerimento ainda nem foi aprovado pelos demais vereadores e já tem as respostas do executivo, afirmou que gostaria dessa urgência do executivo na questão da saúde para os munícipes que tanto precisam, destacou que tem recebido todo dia mensagens de moradores solicitando sobre consultas, exames, cirurgia, onde tem muitas pessoas na fila aguardando uma consulta, destacou entender a importância de alguns cargos dentro do Executivo, não dos 27 mas de alguns cargos a grande importância, a permanência dentro do executivo, questionou qual é a urgência nesse momento, citou que todos os vereadores sabem que o Ministério Público autuou isso ano passado e agora tem que ser com urgência, destacou como presidente da comissão e vereador está analisando esses pontos, e não está fazendo politicagem, firmou saber a importância de alguns

cargos, comentou que dependendo a forma de como vier para o plenário não tem dúvidas que este projeto irá ser aprovado pela maioria. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Falou que as respostas do requerimento de informação foi protocolado quando a prefeitura tomou conhecimento do mesmo, explicou que no ano de 2015 o Ministério Público entrou com um processo pedindo a inconstitucionalidade de alguns cargos, falou que tramitou e no ano de 2019 teve sentença extinguindo os cargos de 171 para 121 cargos, frisou que desses 121 cargos nessa legislatura foram criados 3 cargos, então de 121 que ficou de 2019 foi para 124, desses 124 cargos, 33 foram questionados pelo Ministério Público, porém desta vez o Ministério Público protocolou em fevereiro e em outubro já tinha a decisão, lembrou que em outubro passou pela Câmara alguns cargos que foram incluídos no processo para o concurso público antes da decisão, e desde outubro para agora o executivo estudou para verificar a melhor forma de resolver essa questão, pontuou que esses cargos são necessários devido a quantidade de obras e de serviços que estão sendo feitos no municipio, asseverou que o prazo para votação desse projeto está se esgotando, comentou que devido a resposta já ser dada entende que o Requerimento de Informação perdeu seu objetivo e não há mais necessidade de aprovação, solicitou aos demais vereadores que tivessem o mesmo entendimento para que votem desfavorável. Fez uso da palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Falou que há respeito entre os vereadores em relação as respectivas posições, porém parece que o governo está fazendo uso do expediente para solapar as decisões na Câmara de Vereadores, onde está sendo feito um pedido de Requerimento de Informação, que é um direito do poder legislativo e em uma manobra nunca antes vista para que se rejeite, alertou que se for rejeitado o pedido não terá como pedir complemento, citou ser muito importante decidir, mas que não deve se atropelar o instrumento licito e típico do poder legislativo para que possa esclarecer determinados fatos, citou que então ao seu ver parece que estão levando uma rasteira do executivo no sentindo de dizer vamos responder rápido, ai vai se rejeitar porque há perda de objeto e depois fica por isso mesmo, esclareceu que se vieram as informações, tudo bem, nesse caso não há como pedir complemento, comentou que não lembra de nenhuma rejeição feita a nenhum pedido de informação, reiterou pela necessidade de aprovação do pedido. Fez uso da palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Contou que votou favorável ao projeto dos 171 cargos na época, e o vereador Jairson Sabino também, rememorou que não lembra que teve toda essa discussão e essa oposição, comentou que tem vereador que citou que não tem politicagem mas que está visível a politicagem, lembrou que esse projeto entrou há algumas semanas e no final quando está para se extinguir o prazo está entrando o Requerimento de Informação, ressaltou que a politicagem está visível e todos estão vendo, destacou que o partido que defendeu um projeto com 171 cargos na época, hoje defende a extinção dos 33 porque está na oposição e dizem que não tem politicagem, recordou que ouviu pelos corredores que ao depender de um vereador de oposição, este projeto não vai entrar nem para votação, comentou

que é estranho ver certas situações, comentou que não iria se estender em sua fala, porque citaram que ele havia quebrado o decoro, algo que o vereador gostaria que provasse. Fez uso da palavra, o vereador Hélio Alves. Disse que falaria na mesma linha do vereador Paulo, comentou que estudou e analisou o projeto, lembrou que em 2015 havia entrado esse projeto na Câmara e não deu essa discussão toda, falou que novamente em 2019 foi aprovado tranquilamente e agora neste ano de 2024 está essa confusão toda, afirmou que existe politicagem, corroborou que no final do mês vence o prazo para aprovação e se não for aprovado vai virar uma confusão onde irá parar muitos trabalhos na cidade, os quais estão muito acelerados, citou que os comissionados estão trabalhando nos sábados para dar conta dos trabalhos e se deixar passar o prazo desse projeto, vai dar um atraso em todos esses serviços que estão em andamento, ressaltou que não pode deixar isso acontecer, relembrou que são 18 cargos comissionados e nove efetivos e todas essas pessoas fazem um excelente trabalho, ressaltou que não aprovando estarão dando uma rasteira no municipio inteiro, afirmou ser contrário ao pedido de informação. Fez uso da palavra, o vereador Jairson Sabino. Lembrou que o projeto está tramitando, onde irá sair de uma comissão e vai para outra comissão, caso o plenário que é soberano não aceite o parecer poderá ser derrubado, citou que o governo de repente ficou com pressa, informou que já foi feita algumas situações de votar a primeira votação e segunda votação e discussão com dispensa de interstício e que isso não foi uma vez só, porque havia urgência, endossou as colocações da vereadora Carla afirmando ser uma rasteira, cientificou que a casa não pode aceitar resposta antecipada, questionou se o governo vai querer tocar as coisas agora desse jeito no quarto ano, com resposta antecipada, relatou que o governo fica sabendo por informações de servidor da secretaria, ou por acesso ao sistema, tanto faz, e que resolve mandar uma resposta antecipada, destacou que o legislativo não tem a menor possibilidade de aceitar isso, porque dai o executivo irá conduzir os trabalhos da Câmara, sugeriu que então feche a Câmara e o prefeito decide tudo, lembrou que possuí 10 representantes da municipalidade no legislativo e o prefeito não irá conduzir os trabalhos na Câmara, asseverou que isso não irá acontecer e que terá um processo, deixou claro que é só pedir para que os vereadores aprovem dentro do que prevê o regimento interno da casa e o que acontece, aprova o requerimento de informação, vai para prefeitura e no dia seguinte o governo já pode dizer conforme respondeu, ressaltou que não aprovar requerimento de informação vai se explicar para o povo, que é o executivo que está conduzindo os trabalhos na Câmara, pontuou que irá se manifestar, ir na mídia e dizer que alguns vereadores entendem que o prefeito e governo irão conduzir os trabalhos da Câmara no legislativo, clarificou que de sua parte isso não irá acontecer, reiterou que o projeto está tramitando, relembrou sobre a colocação da vereadora líder de governo Terezinha M. Dybas de dizer que foi aprovado, pelo vereador Paulo Zwiefka e Jairson Sabino, rememorou que sim foi aprovado e que houve um entendimento e consenso de uma quantidade enorme de servidores e que veio da mesma forma que

está vindo agora, um projeto único, onde citou que não veio por servidores, lembrou que quando PSDB fez oposição ao governo do PP ao senhor Magno Bollmann, contou que todos votaram a favor dado a quantidade de servidores e que mesmo votando contra seria voto vencido, frisou que o governo tinha prazo para fazer e que daria para trabalhar com tranquilidade, reafirmou que o governo quer ditar o ritmo do legislativo, mandando resposta antes de chegar pergunta, asseverou que isso não irá acontecer, reiterou que o pedido é para que se cumpra o regimento da casa e que se aprove o requerimento de informação. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Relembrou que de forma contemplada pelo regimento interno pode falar pela segunda vez como líder de governo, lembrou que quando se fala em cumprir o regimento interno há situações que dentro da casa de leis, não são atendidas, como desta que mencionou, disse entender que o objeto foi perdido, pois, as respostas já estão na Câmara de vereadores e não há nenhum impeditivo para que o executivo responda da forma como respondeu, disse que se houvesse ai sim teria problema, esclareceu que o protocolo da resposta do requerimento de informação ocorreu na sexta-feira às 15:32 e está a cerca de 3 dias na Câmara de Vereadores, afirmou votar contra porque já está respondido, pediu aos vereadores que entenderem da mesma forma que a acompanhasse. Fez uso da palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que em relação ao executivo a incitação de não aprovar um pedido de informação de uma comissão que está analisando o projeto que veio do executivo para dentro da Câmara para manter 27 cargos, afirmou que agora vem na Câmara e não deixam os vereadores fazer pedido de informação para dar continuidade aos trabalhos, indagou como que querem que seja aprovado com urgência. Fez uso da palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Comentou que é preciso abrir parênteses quando o vereador Adriano comenta que Executivo não deixa, destacou que o Executivo deixou e foi colocado o pedido de requerimento, citou que imprimiu o projeto e levou para casa para estudar, frisou que todos sabem que os cargos são fundamentais para continuar dando andamento a tudo o que está sendo feito nessa cidade como obra, coisa que nunca se viu há muito tempo, explanou que se é politicagem ou não, foi a primeira vez que viu uma comissão reunida em fotografia saindo em noticiário dizendo que estava sendo estudado, comentou que nunca viu isso em outro projeto . Solicitou um a parte a vereadora Carla O. Hofmann. Citou que o projeto é muito importante e que é oriundo de uma situação que já foi analisada pelo poder judiciário, enfatizou que não é um projeto que surge de uma situação pontual em que o Executivo cita que aumentou a demanda, pontuou que não é um projeto no sentido de criar cargos ou adequar uma reforma administrativa, lembrou que em sua visão enquanto comissão é um projeto diferenciado em razão de todo esse histórico da discussão pelo Ministério Público, ou seja da decisão do poder judiciário, reforçou que não ser um projeto qualquer. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Destacou que diante da situação as respostas estão aí e seu voto é pela rejeição. Solicitou à parte, a vereadora Terezinha M. Dybas. Lembrou que de fato no Legislativo foram extintos alguns cargos e no final do ano

passado foi aprovado uma lei recriando cargos e alguns deles já teve concurso, afirmou entender a necessidade daquilo que cada casa tem, ressaltou não estar criticando o Legislativo e sim fazendo uma constatação de que o Legislativo teve necessidade e todos os vereadores entenderam dessa forma e aprovaram e agora é o Executivo que tem essa necessidade, porém o Executivo depende dos vereadores para ser encaminhado. Solicitou à parte, o vereador Paulo Zwiefka. Fez alusão ao vereador proponente do requerimento quando referenciou que o executivo está ditando as regras em não deixar o requerimento entrar, informou que o Executivo não tem esse poder, explanou que apenas o Executivo respondeu o requerimento antecipado e que agora quem vai aprovar ou não são os vereadores, salientou que se o requerimento for aprovado ou não é a Câmara de Vereadores que vai decidir e não o executivo que está decidindo. Logo em seguida foi colocado em votação sendo contrários os vereadores Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Terezinha M. Dybas, Darlan A. Guliani, Paulo Zwiefka. O Requerimento de Informação foi rejeitado. **Requerimento de Informação nº 62 de 2024** - Autores: Adriano Reinhardt e Jairson Sabino - Ao Executivo Municipal requerendo informações sobre os servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Fez uso da palavra, o vereador Jairson Sabino. Explicou que esse requerimento deve ser enviado ao gabinete do prefeito, considerando que nem todas as informações constam no Portal da Transparência, disse que existindo a necessidade de uma fiscalização efetiva conforme as atribuições dos vereadores e considerando questionamentos feitos por vários servidores públicos municipais e por pessoas da comunidade em geral, requerem. (A) que seja apresentado a planilha, o documento e relação de servidores que estiverem ou estão trabalhando na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de 1 de janeiro de 2021, chamou atenção que esta data foi quando foi secretário de obras na secretaria, até a presente data, informando data de inicio de contratação, data de término da contratação e informar a data de admissão se são servidores efetivos, o cargo que ocupam e se são comissionados informar o cargo que ocupam. (B) Informar quais são os servidores que tiveram transferências para outras secretarias, a partir de 1 de janeiro de 2021 até a presente data informando os motivos. (C) Informar considerando o dia 1 de janeiro de 2021 até a presente data quais servidores receberam pagamento de horas extras, apresentar a quantidade mensal e se foram 50%, 75% ou 100%. (D) Informar até a presente data quais servidores estiveram até a presente data sobreaviso apresentando a quantidade mensal de cada servidor, (E) Informar quais servidores efetivos e comissionados possuíam ou possuem saldo em banco de horas considerando desde o 1 janeiro de 2021 até a presente data, apresentar a quantidade mensal de horas de cada servidor. justificou que esse requerimento de informação se faz necessário para verificação de dados junto a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos afim de dar continuidade às ações de fiscalização no tocante a transparência dos atos do executivo, proponentes do requerimento vereadores Jairson Sabino e vereador Adriano Reinhardt. Pediu aos

colegas vereadores para que não se extinguisse a transparência na Câmara de vez e que aprovem o requerimento de informação conforme apontado, frisou contar com novo modelo de trabalho do governo que é responder de forma urgente. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Afirmou ser favorável a todo e qualquer tipo de pedido de Requerimento de Informação, desde que ele cumpra o regimento, referenciou que no caso deste Requerimento de Informação o primeiro item que trata da relação dos servidores que estão ou que estiveram na Secretaria Municipal de Obras é uma informação pública e está no portal da transparência, explicou que não há a necessidade de fazer o pedido de Requerimento de Informação, referenciou que o segundo item também é público porém só foi complementado para informar os motivos, citou que talvez seja forçado de sua parte ou não questionou que se informar os motivos seria especulativo e isso o regimento também não permite, comentou que o terceiro item que diz: Informar considerando desde o 1 de janeiro de 2021, até a presente data quais servidores receberam o pagamento de horas extras, apresentar a quantidade mensal e se foi do percentual de 50%, 75% ou 100%, afirmou que todas essas informações 100% delas também estão no portal da transparência, lembrou que demora pesquisar e se propôs a passar o link para consulta aos assessores dos vereadores autores dessa proposição, destacou que todas as informações estão no portal da transparência e que não há a necessidade de fazer o pedido de Requerimento de Informação e ressaltou que isso seria pedir para que o Executivo fizesse o trabalho dos vereadores talvez, citou que a terceira que é informar até a presente data quais servidores estiveram até a presente data sobreaviso apresentando a quantidade mensal de cada servidor, disse entender que seria a quantidade paga para cada servidor, citou que é algo que também está no portal da transparência, pontuou que talvez única pergunta seria a questão de banco de horas, que não está no Portal de Transparência, sugeriu que fosse eliminado as questões A,B,C,D para aprovar, ou então aos vereadores que entenderem que essas informações estão no portal de transparência para que votem de forma desfavorável. Logo em seguida foi colocado em votação e votaram contrários os vereadores Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Terezinha M. Dybas, Darlan A. Guliani, Paulo Zwiefka e Karen Lili Fechner. Foi reprovado o requerimento de informação n° 62 de 2024. **Certificado de Regularidade nº 121 de 2024** - Do Centro de Educação Infantil Municipal Peter Pan requerendo a renovação do Certificado de Regularidade de Entidade Pública. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que este projeto de Lei pede a aprovação do certificado de regularidade e aprovação das contas de 2023, onde já foram analisadas anteriormente pelas comissões e estão todas regulares, solicitou assim a aprovação pelos demais vereadores. E não havendo demais manifestações foi aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Projeto de Lei do Legislativo nº 111 de 2024** - Autora: Terezinha Maria Dybas - Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 105, de 30 de agosto de 1985, com vistas a correção de erro material, e dá outras providências. Fez uso da

palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Explanou que este projeto trata da correção de um erro material, explicou que é uma lei do ano de 1985 que nominou diversas ruas, explicou que em uma determinada rua teve um erro na grafia, mencionou que o Jailton Ritzmann que trabalha na Fundação Cultural, foi a pessoa que lhe procurou para que esse erro fosse corrigido, porque ao passar pela rua olhava a placa com nome do seu familiar que foi homenageado com erro no sobrenome, com a letra s no local errado, enfatizou que este projeto visa corrigir o nome da placa, algo simples para Câmara de Vereadores e de importância muito grande para família e para o município, no sentido de preservar a escrita correta. Não havendo demais manifestações foi aprovado por unanimidade. **Projeto de Lei do Legislativo nº 112 de 2024** - Autora: Terezinha Maria Dybas - Denomina Leandro Stanchack Praça Pública do município de São Bento do Sul. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que esse projeto de Lei tem por objetivo nominar uma praça pública no municipio, a qual está passando por uma revitalização e nas próximas semanas será reinaugurada e essa reinauguração ela já constará então com o nome de Leandro Stanchack, contou que essa praça está localizada na rua Eugênio Estanislau Korowsky no bairro Centenário, logo em seguida fez uma breve leitura do currículo do Sr. Leandro Stanchack. Em seguida relembrou que este nome foi solicitado pela comunidade, tendo em vista que, era uma pessoa muito bem quista pelos moradores locais, em seguida solicitou a aprovação pelos demais vereadores. E não havendo demais manifestações o projeto foi aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO. Projeto de Lei do Executivo nº 555 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Institui a rota turística caminho de Santa Catarina no município de São Bento do Sul e dá outras providências. Fez uso da palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Rememorou que quando o suplente de vereador Patrick esteve em exercício ocupando o lugar do vereador Darlan, havia feito a propositura de um projeto de lei falando a respeito do Turismo Religioso, destacou que este projeto de lei é mais um dos projetos relacionados a este tema, comentou que este caminho ele vai ter o Marco zero iniciado na imagem de São Bento na igreja Matriz e irá com destino ao Rio Natal tendo uma continuidade até o seminário de Corupá, após será estendido a algumas cidades que estão sendo conversadas, alegou que ainda não tem uma definição, mas ponderou que este Caminho de Santa Catarina, tem o objetivo que o turismo religioso e rural aconteçam no município, proporcionando novas experiências e que essas novas experiências tragam benefícios para os indivíduos, como a compreensão de sí mesmo, das emoções dos seus pensamentos e dos seus comportamentos, em uma caminhada contemplativa, o impacto positivo na saúde que também traz a despeito do lazer da caminhada, destacou que foi decidido pelo símbolo da flor do estado que é o estado de Santa Catarina, relembrou que há uma sinalização nos postes de energia elétrica e pontuou que existe autorização da Celesc para que essas sinalizações sejam feitas, comentou que há também uma seta amarela que é uma indicação internacional dos caminhos

religiosos, o caminho da paz, caminho de Compostela, em todos os caminhos. Solicitou em segunda discussão pela aprovação dos demais vereadores. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão. **Projeto de Lei do Executivo nº 558 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 4.724, de 06 de fevereiro de 2023, que autoriza o poder executivo municipal a firmar termo de compromisso para fins de desapropriação amigável de imóvel e aquisição. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Citou que esse projeto já passou pela câmara e gerou a lei n° 4724 de 2023. Explanou que, no entanto, o cartório de registro de imóveis, além das informações que constam a metragem e tudo mais solicitou que conste também a percentagem que cada permutante vai ter em sua matricula, frisou que o objetivo da alteração é para adequação para que a escritura pública possa ser finalizada no registro de imóveis. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão. **Projeto de Lei do Executivo nº 559 de 2024** - Autor: Executivo Municipal - Altera a Lei nº 4.597, de 15 de junho de 2022, que dispõe sobre a bonificação por resultado das auxiliares de serviços que atuam nas cozinhas das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que este projeto de lei trata de uma alteração ao projeto de lei que foi aprovado na Câmara, uma proposição da Secretaria de Educação pelo secretário Josias, que dispõe sobre a bonificação por resultado das auxiliares de serviço que atuam nas cozinhas das unidades educacionais do municipio, rememorou que todas as auxiliares de serviços que atuam nas cozinhas nas escolas e unidades infantis, tem uma bonificação, relembrou que no passado a bonificação foi trazida para a Câmara de Vereadores para ser concedida a cada 90 dias, comentou que em uma conversa com o vereador Hélio disse não concordar que seja a cada 90 dias e citou que acredita que deveria ser mensal, exemplificou que as vezes um servidor trabalhou 85 dias mas no 86 acabou descumprindo um requisito, dai perde todo o período de bonificação que poderia ter e em conversa foi acordado e feito uma indicação a de número n° 704 de 2023. Disse que agora foi apresentado o projeto para alterar essa bonificação para que ela seja concedida de forma mensal, destacou que todos os servidores que trabalham nas cozinhas das unidades educacionais, por iniciativa do secretário e prefeito irão receber suas bonificações desde que preencham os requisitos. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Parabenizou o secretário Josias e o poder Executivo por ter acatado a indicação e que isso irá deixar esses senhoras e senhores que trabalham nesta área muito felizes. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão. **Projeto de Lei do Legislativo nº 113 de 2024** - Autora: Carla Odete Hofmann - Registra como patrimônio cultural e imaterial do município o Tiro Desportivo e a Sociedade Atiradores 23 de Setembro. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Expressou aos colegas vereadores para que todos pudessem fazer uma análise bastante cuidadosa deste projeto, citou que um projeto como esse tem uma importância para o municipio,

comentou que em razão da polarização que tem da política em nível nacional, acaba-se tendo reflexo dentro de situações como no caso de Santa Catarina que tem uma importância muito grande, frisou que o tiro esportivo e toda atividade que é desenvolvida na sociedade 23 de setembro em todas as suas modalidades ela é um resgate cultural e histórico da nossa colonização e muitas das vezes se preocupa em questões relacionadas a insegurança e outros problemas que se vê ocorrer em outras cidades, explanou para que este tema seja tratado de maneira igual em todo o território nacional, citou que vê a necessidade de uma lei municipal para que possa criar e registrar como patrimônio cultural e material no municipio e destacar a importância que essa pratica é para o municipio, pediu para que os demais vereadores fizessem análise do projeto e em segunda discussão trará mais elementos deste projeto. E não havendo demais manifestações o referido projeto passará por uma segunda discussão. **PALAVRA LIVRE.** Fez uso da palavra livre, a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou sobre o projeto que é um anseio de todos os vereadores e de muitas pessoas da comunidade, que é o apoio ao protetor independente dos animais, destacou que a partir da aprovação deste projeto as protetoras também poderão ter o atendimento pela Secretaria Municipal de Agricultura, estendendo o atendimento que até então era dado somente a APA, que está regularmente inscrita com CNPJ e as protetoras independentes então por lei não poderiam ter acesso. Lembrou que na semana passada gostaria de ter falado sobre a Tríade do Desenvolvimento de São Bento do Sul, disse que são coisas que as vezes não se vê, mas que acontece e é importante que se fale a respeito, para que a comunidade tenha consciência disso, explanou que fazem parte três situações, o plano diretor que já está aprovado e que está tudo certo na cidade de São Bento do Sul, rememorou que o antigo era de 2006 e em 2016 deveria ter sido feita a revisão e foi feito então no ano de 2023, mencionou que foi feito o Geoprocessamento que é algo importantíssimo para o desenvolvimento de São Bento do Sul e teve cerca de duas semanas a notícia do primeiro processo inteiramente digital sendo aprovado por conta dessas situações, lembrou que tem também o estudo do diagnóstico sócio ambiental, explicou que esse estudo possibilita onde não vai mais precisar seguir uma lei federal que diz que a ultima cidade do Rio Grande do Sul até a ultima cidade do norte do Pais tem que seguir 30 metros dos rios para as construções, explanou que vai poder aqui em São Bento do Sul e assim como em outras cidades também já tem, definir os próprios distanciamentos, sendo assim, pode-se consolidar e regularizar as áreas, frisou que São Bento do Sul foi totalmente construída em cima de rios e agora poderá regularizar todas essas construções e esses proprietários não vão mais ter a insegurança jurídica destas situações, como a de não conseguir uma ligação na Celesc porque está em uma área APP, destacou que então é extremamente importante essa Tríade do desenvolvimento, afirmou que é uma necessidade muito grande, para que a cidade possa ter seu desenvolvimento de uma forma cada vez melhor, demonstrou no telão 4 fotos, disse que ao seu ver são extremamente

importantes e que vem a calhar com o projeto que entrou do Caminho de Santa Catarina, explicou que é o turismo religioso que traz divisas para cidade e traz desenvolvimento, empregos e coloca São Bento do Sul em um patamar de cidades onde as pessoas vão ter vontade de vir, seja pela hospitalidade, seja pelas belezas naturais, ou pela sua parte cultural, histórica e por todo patrimônio que na cidade também é conservado. Fez uso da palavra livre, o vereador Darlan A. Guliani. Comentou sobre sua reunião com o coordenador da odontologia Dr. Gustavo a respeito de sanar algumas dúvidas, principalmente a nível de algumas especialidades, das quais estava inclusa a "PNE" que é a pacientes com necessidades especiais, referenciou que todo mundo sabe e para quem não sabe, explicou que tem o Centro de Especialidades Odontológicas, a qual está em reforma juntamente com o posto central e precisou de mais algumas adequações até a obra ficar pronta, lembrou que a partir da data de 11 de março esta tendo atendimento diferenciado para esses pacientes, com necessidades especiais. Falou que foi procurado algumas vezes e a primeira vez foi pelo grupo Galera do Bem pela Márcia Katzer que comentou sobre a possibilidade de abrir um convênio com o presídio, instalando no local um canil e um gatil a ponto de permitir que o detento possa trabalhar e também conduzir e garantir um atendimento aos animais que sofrem maus tratos ou abandonados, relembrou que na época esteve com a vereadora Terezinha visitando o presidio e esse assunto foi tocado pelo pessoal da Associação Protetora de Animais, esclareceu que o ponto principal é que o presídio é estadual e dentro da lei é regido pela estado, comentou que após o diretor ser nomeado poderá ter uma reunião e estudar a possibilidade, porque em alguns presídios esse tipo de situação já tem sido colocado e tem funcionado super bem. Comentou sobre o mês de março, mês esse que se comemora o dia internacional das mulheres, citou que foi a primeira moradia para todos e que também deu o primeiro alimento e condições para que pudessem desenvolver, referenciou o março lilás que é o mês da conscientização da prevenção do câncer de útero, segundo tipo de câncer que mais mata mulheres no mundo todo, principalmente entre 20 e 49 anos, tipo de câncer que representa 5% total de câncer que existe no mundo e no Brasil morre uma mulher a cada hora vítima de câncer do colo do útero, lembrou que existe o preventivo, relatou que no último sábado foram feitos 1.745 testes e exames e também que existe a vacina contra o HPV que é o principal causador do câncer do colo do útero, ressaltou para que se previnam e procurem assistência, porque o quanto antes detectado melhor e maior as chances de cura. Fez uso da palavra, o vereador Jairson Sabino. Comentou sobre a rua Luiz kautnick, que desde novembro de 2023 está desmoronando, algo que foi levado para o governo e até o momento não teve uma providência, disse que na travessa Francisco Soehje n°555 a água toda da precipitação das calhas do telhado da promosul desaguando em uma certa boca de lobo, relatou que transborda tudo e vai para cima de uma casa, contou que já foi pedido providência e até o momento nada. Lembrou que foi dito na ultima sessão para que os colaboradores terceirizados da prefeitura fizesse a limpeza,

que as pessoas continuam pedindo socorro. Contou que recebeu pedido de socorro de uma senhora que pedia pela sua sobrinha, referenciou que ela dizia que a sobrinha dela com dois filhos, grávida, trabalhando, fazendo o trabalho dela e a empresa terceirizada não paga, demora, da problema e agora teve uma demissão onde a funcionária tá grávida, asseverou que é algo que não pode, explicou que a Câmara de Vereadores não tem autoridade para tratar deste assunto, o que tem sido feito é o apelo para o governo, mas o governo no melhor estilo Pilatos lava as mãos e diz que não tem nada a ver com assunto, que é uma empresa que foi aprovada em uma licitação a qual deve ter feito a melhor proposta e tudo aquilo que é de lei, sem dúvida, mas que não paga os funcionários, ressaltou que a prefeitura está pagando em dia, algo bem estranho. Comentou que viu notas na mídia sobre o PSDB, sobre a situação do partido que pode mudar de comando e que o comando do PSDB estaria surpreso, questionou qual é a surpresa, rememorou que falou em novembro sobre isso, que o comando estadual do partido pediu para que fossem feitam reuniões, arrumado e acertado e ver com quem poderiam contar, frisou que todo mundo sabe disso mas que esqueceram, afirmou que não tem da parte do comando estadual do partido nenhum tipo de surpresa, muito menos de rasteira, comentou que o partido não aceita essa situação do senhor Tomazini simplesmente abandonar o partido e ainda agora querer oferecer o vice do Tomazini do PL e é obvio que o partido não irá aceitar isso, esclareceu que não fala em nome do partido e nem do estado e que está fazendo as suas colocações. Contou que um funcionário da prefeitura queria dar aula para ele sobre o CAPS, destacou que o prefeito precisa fazer funcionar o CAPs, disse que vai deixar porque a vereadora Terezinha já falou e não tem mais tempo, citou que vai deixar assim como a vereadora se sentiu muito à vontade para pedir que se manifestasse sobre voto dele na legislatura passada, pediu a vereadora para que falasse na primeira oportunidade quem foi que lhe constrangeu na outra sessão que quando ela veio muito nervosa, contou que os servidores estão agitados entendendo que isso ficou muito feio e muito chato, reforçou ter sido muito constrangedor, falou que ficou devendo o nome da pessoa. Fez uso da palavra, livre a vereadora Zuleica M. S. Voltolini. Comentou sobre a fala do vereador Jairson Sabino, sobre o fato que ocorreu com a vereadora Terezinha M. Dybas na sessão passada, quando foi abordada por um funcionário da casa e se sentiu constrangida, falou que foi cobrada como presidente e foi ver o que estava acontecendo, relatou que foi feita uma reunião com os servidores da casa que são de sua responsabilidade, citou que os assessores ficam a cargo de cada vereador, disse que com relação aos servidores da casa foi conversado na quarta-feira, esclarecido alguns pontos e eles também estão constrangidos, porque foi uma pessoa que constrangeu a vereadora Terezinha e agora tem mais de 15 servidores também se sentindo constrangidos, relatou que na conversa com os servidores foi colocado a posição da vereadora Terezinha a qual não gostaria de manifestar o nome deste servidor, por decisões dela, mas que eles também foram cobrados por alguns cidadãos São-bentenses sobre o que aconteceu,

destacou que foi pontuado algumas coisas e se essa pessoa fez, ela que tem que procurar a vereadora Terezinha ou procurar a presidente e manifestar-se, para que não continue nessa situação de constrangimento entre os servidores que ficam um olhando para o outro se perguntando quem foi, pontuou que ficou chato esse situação. Com a parte, o vereador Jairson Sabino. Destacou que tem o retorno de servidores que estão sendo questionados por seus cônjuges, pelos seus pais, e outros familiares, questionando se foi ou não a pessoa. Com a palavra, a vereadora Zuleica M. S. Voltolini. Afirmou que foi dada uma proporção muito elevada a tudo isso e que poderia ter sido resolvido dentro Câmara mesmo, relembrou que foi reunido todos os funcionários, conversado e cobrado. Contou que também já foi conversado sobre esse ano de eleição que é um ano de bastante cuidado e de alguns posicionamentos dos servidores, onde estão para servir a população, afirmou que serão todos atendidos com respeito e também atender a todos os vereadores, contou que logo o jurídico estará passando algumas orientações específicas sobre o momento eleitoral, destacou que a equipe vai ser preparada. Fez uso da palavra, o vereador Paulo Zwiefka. Comentou sobre a fala da vereadora Zuleica, sobre o fato ocorrido na semana passada, disse concordar que ficou uma situação desagradável e talvez o mais correto seria ter falado, mas acredita que a vereadora Terezinha tem suas razões para não levar isso adiante, talvez para não dar um desgaste ainda maior para a Câmara de Vereadores, porque da forma que foi colocado se ela realmente levasse adiante teria um desgaste maior, esclareceu que acredita que ela tenha tomado a melhor decisão. Explanou sobre a absolvição do prefeito na semana passada, pontuou que foi uma situação bem difícil ficar todos esses anos aguardando para sair a decisão, parabenizou o prefeito por ter conseguido absolvição, rememorou que passou por uma situação parecida e que isso traz muito prejuízo para a pessoa, porque o desgaste que se passa perante os familiares e perante os amigos, além das pessoas que ficam com aquela dúvida será que ele fez, será que ele cometeu aquela situação, aconselhou que antes de tomar uma decisão de denunciar é preciso ter o mínimo de coerência e não cometer nenhuma injustiça com as pessoas, porque na politica existe um jogo de interesse pelo poder e uma série de fatores, mas que isso não pode ser colocado a cima do bem pessoal, asseverou que o ser humano tem que ser respeitado, disse que quando existe alguma coisa bem fundamentada pode ser denunciado, mas não denunciar por qualquer coisinha que acontece e simplesmente jogar para o Ministério Público, destacou que já passou por isso, citou que sabia que iria ser absolvido porque tinha consciência da sua inocência, mas teve que aguardar e teve muitos prejuízos, explicou que principalmente o prejuízo pessoal que é imensurável, reiterou seus parabéns ao prefeito e frisou que ele deve estar bem feliz, pois, passou por uma situação muito triste, afirmou que nessa gestão estão sendo feitas bastante denúncias, algo que já passa das 50, chamou atenção para que se tenha um pouco mais de coerência e analise melhor antes de fazer denúncias á toa como algumas são feitas. Fez uso da palavra livre, a vereadora Carla O. Hofmann.

Lembrou da data do dia 8 de março, dia das mulheres, comentou a respeito da resolução da Polícia Civil que entrou em vigor e deve ser agora organizada dentro do estado de Santa Catarina, ressaltou que fica muito feliz em dizer que essa resolução no municipio já foi regulamentada pela lei n°4363 de 23 de março de 2021, quando o município de São Bento do Sul atendendo proposta dela tratou desse tema que é fazer com que dentro dos bares, restaurantes, lanchonetes e casas noturnas tenham servidores treinados para reconhecer as questões de violência contra mulher e se colocar a disposição para que se possa de uma maneira segura e rápida evitar maiores constrangimentos para as mulheres, destacou ficar bastante feliz, que antes mesmo do estado do Santa Catarina através de uma resolução da defesa civil de número 004 que foi editada em março de 2024, já tenham pensado e adiantado isso, mas que talvez tenha dificuldade de repassar e fazer com que essa lei se torne realidade dentro dos estabelecimentos, mas imagina que agora a partir das disposições feitas por essa resolução poderá assegurar a todas as mulheres que frequentam bares e lanchonetes que tenham a possibilidade de ter sua integridade física e moral asseguradas e qualquer não que venha como resposta dessa mulher seja compreendido como deve ser compreendido, ou seja como um não. Cumprimentou a atleta Karina Kosmala que conquistou um feito inédita que foi a descida dos 514 degraus conquistando esse título na modalidade downhill na cidade de Santos mas que infelizmente não levou o nome de São Bento do Sul porque pelo que ouviu representa a cidade de Balneário Piçarras, disse que espera que possa buscar essa moça para ser apoiada pelo municipio e encontrar empresas daqui que possam fazer com que ela realmente continue com essa trabalho tão bonito e em especial levar o nome de São Bento do Sul, com a importância que a cidade tem, citou que Balneário Piçarras merece todo respeito mas que é uma cidade menor, aconselhou que deve-se assegurar cada vez mais aos talentos em todas as esferas, inclusive a esfera esportiva, desejou que possam ficar conosco e sempre que possível fazer com que o nome de São Bento do Sul seja levado juntamente com essa competência e brilhantismo com tantos atletas a exemplo da Karina tem no municipio de São Bento do Sul, felicitou o feito nacional dessa atleta de São Bento do Sul. E não havendo mais nada a ser tratado a sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 14 de março de 2024 as 19:00 horas e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 11 de março de 2024.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS